

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Objeto: Contratação de empresa especializada para a REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) de Santo Ângelo/RS, em estrita observância ao disposto no art. 182 e art. 183 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que em seu art. 40, § 3º, estabelece a obrigatoriedade de revisão do plano diretor a cada 10 (dez) anos, no máximo.

1. Identificação da Necessidade

O atual Plano Diretor data do ano de 2011, em 2021 deveríamos ter feito a revisão do mesmo, porém, como estávamos em plena pandemia do COVID 19, as prioridades eram outras, voltadas para a saúde. Neste novo governo municipal, que iniciou em 01/01/2025, constatou-se a urgência da revisão do Plano Diretor, pois a cidade é dinâmica e viva e as regras devem acompanhar as mudanças estabelecidas pelo dia a dia da cidade e do município.

2. Requisitos da Contratação

A contratação deverá contemplar as seguintes etapas, que constam no Termo de Referência:

1ª Fase - Mobilização

Produto 1: Plano de Trabalho Detalhado (em formato digital e impresso).

Produto 2: Ata da Reunião Inicial de Apresentação e Alinhamento (em formato digital).

Produto 3: Estratégia de Comunicação e Participação Social (em formato digital).

Produto 4: Materiais de Divulgação (folders, banners, cartazes, spots de rádio, vídeos, versão resumida do Plano de Trabalho Detalhado, etc.) (em formato digital e impresso).

Produto 5: Plataforma Digital de Participação (site ou aplicativo).

2ª Fase - Diagnóstico

Produto 6: Banco de Dados Georreferenciado e Relatórios Temáticos (em formato digital).

Produto 7: Relatório de Leitura Técnica (em formato digital e impresso).

Produto 8: Relatório da Oficina de Leitura Comunitária (em formato digital).

Produto 9: Documento de Diagnóstico (em formato digital e impresso).



3ª Fase - Prognóstico

Produto 10: Documento de Cenários de Tendências (em formato digital e impresso).

Produto 11: Relatório da Oficina de Cenários (em formato digital).

Produto 12: Documento de Definição do Cenário Desejado (em formato digital e impresso).

4ª Fase - Propostas

Produto 13: Documento de Diretrizes e Estratégias de Desenvolvimento (em formato digital e impresso).

Produto 14: Mapa de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, Relatório Técnico (em formato digital e impresso).

Produto 15: Minutas de Leis dos Instrumentos de Política Urbana e Relatório Técnico (em formato digital).

Produto 16: Relatórios das Audiências Públicas (em formato digital).

Produto 17: Minuta de Lei do Plano Diretor e Exposição de Motivos (em formato digital e impresso).

5ª Fase - Instrumentação

Produto 18: Minutas de Leis Complementares e Exposições de Motivos (em formato digital e impresso).

Produto 19: Relatório das Atividades de Capacitação (em formato digital).

Produto 20: Materiais de Divulgação do Plano Diretor (Cartilha do Plano Diretor, vídeos, banners, etc.) (em formato digital e impresso).

6ª Fase - Aprovação e Sanção

Produto 21: Apoio Técnico à Apresentação da Minuta de Lei do Plano Diretor à Câmara Municipal (relatório de atividades) (em formato digital).

Produto 22: Acompanhamento do Processo de Aprovação na Câmara Municipal (relatórios de acompanhamento) (em formato digital).

Produto 23: Apoio Técnico à Sanção da Lei do Plano Diretor (documentos e relatórios) (em formato digital).

3. Estimativa de Preços

Foi feita a estimativa de preço, baseado na média de valores de três empresas, conforme conta no Termo de Referência.

Fase	Unidade	Percentual	Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Valor Total (R\$)
rase			16/05/25	22/02/25	23/05/2025	média
1. Mobilização	Global	5%	22.000,00	24.427,00	9.250,00	18.559,00
2. Diagnóstico	Global	15%	66.000,00	73.281,00	27.750,00	55.677,00
3. Prognóstico	Global	15%	66.000,00	73.281,00	27.750,00	55.677,00
4. Propostas	Global	20%	88.000,00	97.708,00	37.000,00	74.236,00
5. Instrumentação	Global	30%	132.000,00	146.562,00	55.500,00	111.354,00
6. Aprovação e Sanção	Global	15%	66.000,00	73.281,00	27.750,00	55.677,00
TOTAL	100%		440.000,00	488.540,00	185.000,00	371.180,00

4. Análise e Justificativa da Escolha da Solução

A solução adotada é compatível com os requisitos básicos exigidos por lei e pela falta de mão de obra especializada no próprio município. A imparcialidade de uma empresa contratada ao lidar com assuntos polêmicos com os mais diversos atores da cidade, também é um ponto importante para o município decidir pela contratação de empresa para realizar o trabalho.

5. Riscos da Contratação

ID	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Ações de Mitigação	Responsável	
R1	Atraso na aprovação do Plano de Trabalho Detalhado.	Médio	Baixo	Médio	Definir prazos claros e realistas para a elaboração e aprovação; comunicação constante entre a Contratada e o Município.	Contratada	Município
R2	Dificuldade na obtenção de dados e	Médio	Médio	Alto	Identificar as fontes de dados com antecedência; estabelecer parcerias com órgãos e	Contratada	Município



	informações				instituições; prever		
	relevantes.				alternativas para dados		
					indisponíveis.		
			Médio	Alto	Desenvolver uma estratégia de		
R3	Baixa participação				comunicação e participação		Município
	da comunidade				eficaz; utilizar diferentes		
	nas atividades	Alto			canais e formatos; incentivar a	Contratada	
	propostas.				participação de diversos		
					grupos.		
	Resistência de				Promover o diálogo e a		
	setores				negociação; apresentar		
R4	específicos da	 Médio	Alto	Alto	justificativas técnicas claras;	Contratada	Município
	sociedade às				buscar soluções que atendam		
	propostas.				aos interesses da maioria.		
					Acompanhamento rigoroso do		
	Atraso na entrega		Alto		cronograma; estabelecimento		
R5	de produtos por	 Médio		Alto	de prazos realistas;		Município
	parte da				comunicação transparente		
	Contratada.				sobre eventuais dificuldades.		
					Fiscalização técnica rigorosa;		
	Qualidade dos		Alto	Médio	definição clara dos requisitos		Município
R6	produtos	Baixo			de qualidade; solicitação de		
110	entregues abaixo	Buixo			revisões e correções quando		
	do esperado.				necessário.		
	Mudanças na				Acompanhamento constante		
	legislação		Médio	Baixo	das alterações legislativas;		
R7	urbanística	Baixo			flexibilidade para ajustar as	Contratada	
	durante a revisão.				propostas, se necessário.		
	aurante a rerisaer				Definir canais de comunicação		
	Problemas de		Médio	Alto	claros e eficientes; realizar		Município
R8	comunicação				reuniões periódicas; designar		
	entre a	Médio			responsáveis pela	Contratada	
	Contratada e o				comunicação em ambas as		
	Município.				partes.		
R9	Dificuldades na		Alto	Alto	Envolvimento da Câmara		Município
	aprovação da				Municipal desde as etapas		
	Minuta de Lei na	Médio			iniciais; apresentação clara e	Contratada	
	Câmara	iviculo	j		justificada das propostas;	Contratada	.viaincipio
	Municipal.				diálogo com os vereadores.		
	ividincipal.]	alalogo com os vereduores.		



R10	

6. Declaração da Viabilidade da Contratação

A contratação é **viável**, considerando:

- Elaboração do Termo de Referência o qual as empresas deverão seguir para realização dos trabalhos;
- Orçamento prévio feito com três diferentes empresas, conforme consta no item 3 deste documento;
- Relevância estratégica da lei revista para o desenvolvimento sustentável socioeconômico da cidade e do município, quiçá da região.

	,		, .			~
_/		Responsa	avaic na	ום בו	anc	าเลเล
,		1163001136	1 V C 1 3 D C	іа сі	av	JI acac

Nivio Boelter Braz Prefeito Municipal

JULIANA SCHWINDT DA Assinado de forma digital por JULIANA COSTA:55145230044

SCHWINDT DA COSTA:55145230044 Dados: 2025.06.11 11:02:57 -03'00'

Juliana Schwindt da Costa Arquiteta e Urbanista